

O Tribunal de Contas, contra os abusos e as mordomias do governo.

5 JAN 1983

"Chegou a hora de o pessoal do escalão superior do governo apertar os cintos antes do povo." A afirmação foi feita ontem em Brasília pelo presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Mário Pacini, que advertiu para o elevadíssimo patamar dos juros internos: "Alguém deve estar ficando louco".

No primeiro encontro que manteve com os jornalistas que cobrem o Tribunal após assumir a Presidência, Mário Pacini explicou que, quando recomendava apertado de cintos, não falava "dos ministros de Estado, preocupados e envolvidos em tantos problemas, mas do pessoal imediato, que precisa ser vigiado com maior rigor. Sei que não é muito simpático dizer isto, mas tenho uma posição muito rígida em termos de contenção. Sempre fui contra abusos e mordomias".

O ministro elogiou algumas das medidas contidas na carta de intenções entregue pelo governo ao Fundo Monetário Internacional, principalmente às que se referem à contenção dos gastos públicos, pois, no seu entender, trarão efeitos saudáveis para a economia.

Pacini salientou o papel do TCU na condução desta política, pois todas as medidas impostas em termos restritivos têm repercussão no tribunal, principalmente quanto ao controle das empresas estatais. "Pretendo tornar o TCU cada dia mais eficaz nesta sua função, através, até, de uma maior integração com o sistema de controle interno (exercido pelo Executivo), para evitar que os abusos continuem se repetindo".

Críticas à Sest

Criticou a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais, ao afirmar que "a gente sente que o governo quer controlar os gastos das estatais, mas eles surgem. Tenho muito receio de que a Sest fique igual ao Banco Central, ou seja, uma mera espectadora. Sinto, afmesmo, que as medidas já anunciadas para coibir os gastos das estatais não estão tendo a repercussão que se esperava. Um exemplo é o desrespeito ao orçamento. As empresas não podem furar o orçamento, mas o fazem a todo ano. Ora, alguém tem de ser demitido por isso, ou pedir demissão, senão o sistema não funciona".

— É verdade que não se pode lançar toda a culpa pela atual situação do País nos gastos públicos. Há uma necessidade urgente de uma modificação substancial na política econômica brasileira como um todo. Que se adiem as obras adiáveis. O País precisa se conscientizar das suas dificuldades. Muito mais do que uma crítica, falo isto movido por um sentimento de patriotismo. Lamentavelmente, es-

ta situação não surgiu de uma filosofia de governo, mas da necessidade nacional. O empresário privado não tinha condições de acompanhar o ritmo de desenvolvimento do País e o governo precisou criar empresas para suprir os espaços. Só que, depois de criadas, verificou-se que elas ficaram sujeitas a dois tipos de sistemas de benefícios de difícil convivência: o funcionalismo público e o privado. O resultado é que hoje temos verdadeiros príncipes da República dentro das estatais. Quem é o culpado? Ninguém sabe. Isto surgiu, cresceu sem controle.

Com relação à inflação, disse Mário Pacini que ela ocorre no Brasil em função de fatores já existentes, difíceis de serem removidos, uns de caráter conjuntural e outros influenciados pela política adotada pelo governo. "Não compreendo, por exemplo, que um país queira combater a inflação com a atual política salarial ou pagando uma taxa de juros acima do razoável. Os juros fixados para a agricultura, por exemplo, são inflacionários. É evidente que os preços dos produtos alimentícios vão disparar, e esta é uma medida provocada. Não gosto deste modelo. Na minha opinião, estas medidas são injustas e cruéis, pois beneficiam a poucos."

Juros muitos altos

Costuma-se procurar culpados, com relação aos juros bancários, só para se ter um exemplo, não há um culpado. Os juros estão neste patamar porque não há medidas adequadas para diminuí-los. O governo não quer intervir no mercado financeiro e fixá-los. Eu não adotaria este procedimento, que na minha opinião só favorece a um pequeno grupo, os ociosos, em detrimento da Nação, dos que trabalham. Atualmente, olho a política monetarista com um pouco de cuidado e me pergunto até que ponto essa experiência é válida e tem um verdadeiro sentido prático. Reconheço a capacidade do ministro Delfim Neto e dos demais responsáveis pela atual política econômica. São homens vividos, experientes e que provavelmente sabem o que estão fazendo. Tenho inclusive receio de que minhas críticas possam ser improcedentes, mas ficamos perplexos a cada medida anunciada.

— Com relação ainda à taxa de juros bancários, imagino que alguém deve estar louco. Se continuar assim, vamos chegar a um ponto de saturação. Como consequência, os homens que hoje estão trabalhando nos diversos setores da economia brasileira acabarão largando suas atividades para especular no mercado financeiro, o que não interessa de forma alguma ao País.